Reforma da gestão financeira do Estado é "central"

Modernização ■ Joaquim Miranda Sarmento destacou o pipeline de investimentos que serão executados de forma mais célere em Portugal, caso se resolvam os constrangimentos atuais ao nível do mercado laboral e burocracia.

António Sarmento
asarmento@medianove.com

A economia portuguesa apresenta vários condicionalismos: o sistema fiscal, a alocação dos recursos públicos, o mercado laboral, o financiamento da economia e empresas com nível de escala muito baixos. Esta foi a principal ideia da intervenção de Joaquim Miranda Sarmento, ministro de Estado e das Finanças na conferência "As Reformas do Estado", organizado pelo Jornal Económico e pelo CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa, e que decorreu esta quarta-feira, 1 de outubro, no Time Out Market, em Lisboa.

"Neste momento, os dois principais estrangulamentos que os empresários sentem são a falta de mão de obra – que pode ser equilibrada com imigração justa para construir um Portugal melhor – e a burocracia", disse Joaquim Miranda Sarmento.

Ao alterar processos, continua o ministro, as regras continuarão a existir. "O que pretendemos é que a resposta seja rápida, não se prolongue durante anos e que haja certeza jurídica que, quando alguém pede autorização ao Estado, possa ter uma ideia do prazo e decisão final". Para o governante, "se conseguirmos nos próximos dois anos mitigar estes dois estrangulamentos da competitividade da economia portuguesa, vamos ter um *boom* de produtividade e crescimento significativo", sublinha.

Joaquim Miranda Sarmento destaca ainda o pipeline de investimentos, do Turismo aos Data Centers, que serão executados de forma mais célere, caso se resolvam os condicionalismos atuais.

Joaquim Miranda Sarmento
Ministro de Estado e das Finanças

Gonçalo Matias
Ministro Adjunto da Reforma do Estado

Nuno Villa-Lobos
Presidente do CAAD

Outro dos pontos da intervenção do ministro foi a alocação de recursos, tendo um Estado com cinco mil entidades, 760 mil funcionários públicos, e que atinge um nível de despesas de 135 mil milhões de euros, consumido 40% da riqueza gerada pelo país.

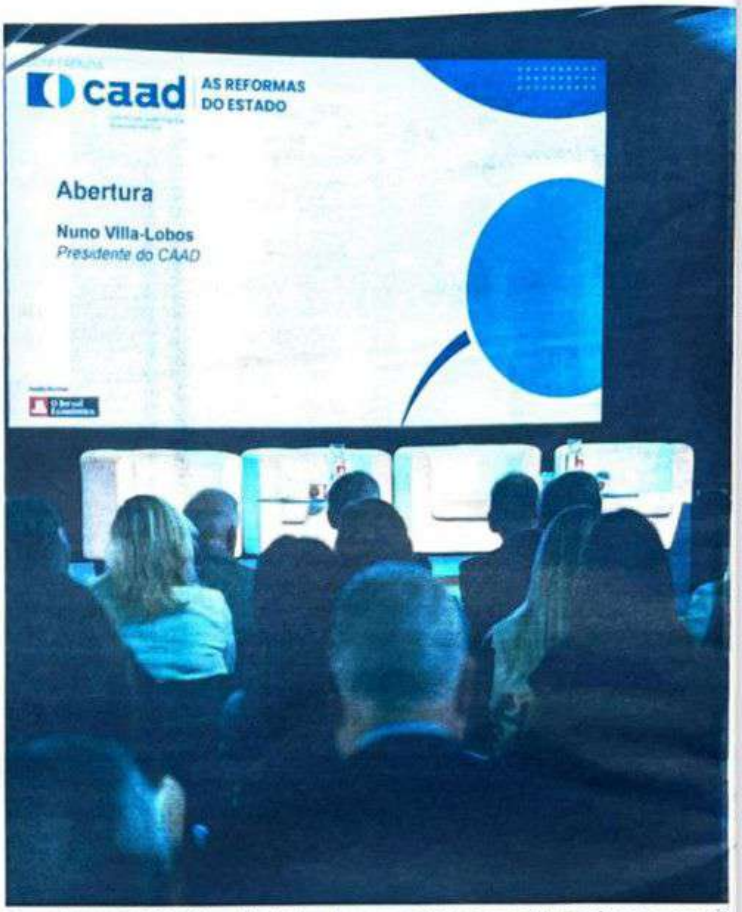
"Um dos pontos centrais da atuação do Governo é fazer uma reforma da gestão financeira do Estado. Estamos a modernizar do ponto de vista tecnológico e a trabalhar na simplificação dos procedimentos. É uma reforma longa, mas absolutamente essencial", disse o governante.

Presente na mesma conferência, o ministro adjunto da Reforma do Estado, Gonçalo Matias, deu ênfase à ideia de que a missão que carrega não se conclui no espaço de um ou dois anos.

"Uma reforma do Estado a sério – que entra nas instituições, usa a tecnologia, muda a mentalidade e a forma como olhamos para o Estado e, sobretudo, a forma como o Estado olha para nós – não se faz em menos de quatro anos", afirmou o governante, pedindo a "colaboração de todos". O objetivo, acrescentou, não é "fazer implodir" o Estado, mas sim reformá-lo "por dentro".

Além da desburocratização dos serviços e da fusão e extinção de entidades nos vários ministérios, o Governo está já a trabalhar na alteração do Código da Contratação Pública, revelou Gonçalo Matias. A ideia é "utilizar a contratação pública como um instrumento de competitividade do país e não como um instrumento de paralisação", explicou.

Com Melissa Lopes



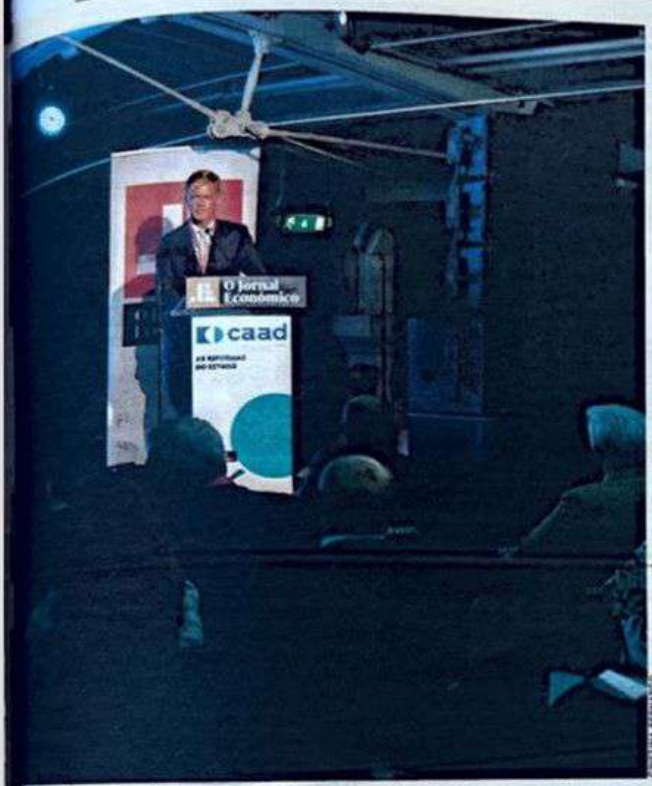
O presidente do CAAD, Nuno Villa-Lobos, lançou o debate, essencial não só em termos polit

Nuno Villa-Lobos: reformar o Estado "é sobretudo coragem"

Teoria ■ Para o presidente do Centro de Arbitragem Administrativa, um Estado eficaz é uma exigência de cidadania e um excelente antídoto contra aventuras populistas.

■ Mais que uma escolha política decorrente da constatação do envelhecimento de decisões necessariamente datadas, "as reformas são escolhas de futuro, são apostas na confiança, são compromissos com as próximas gerações", referiu Nuno Villa-Lobos, presidente do Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD). Aparentemente pouco interessado em manter um discurso embutido na mediania, Nuno Villa-Lobos é de opinião que não deve ser a urgência – fonte de precipitação – a determinar a "boa hora' da reforma do Estado, mas precisamente o contrário: "é a estabilidade" que abre uma janela de oportunidade para a mudança, ficando à inteligência do Estado, ou de quem na altura por lá estiver, não deixar passar a oportunidade.

Nuno Villa-Lobos disse que, passados "os anos da troika", um tempo duro, "de lágrimas" e esforço, um tempo sem alternativa, é chegada a hora de mudar para o degrau de cima. "É agora que temos uma oportunidade: "é na estabilidade que se semeiam as mudanças duradouras".



CRISTINA BERNARDO

...cos, mas também sociais e económicos

Sendo certo que "assim não podemos continuar" – num emaranhado de procedimentos, ineficiências e 'vícios' que transformam a relação entre o Estado e os cidadãos num 'combate' diário mas desequilibrado – "é aqui que entra a sociedade civil, cujas vozes não se calam" para exigirem uma outra relação. É neste quadro que, disse Nuno Villa-Lobos, é preciso, "com liberdade e coragem", colocar tudo em causa, discutir tudo: "a justiça tributária, a cidadania e a literacia fiscal", até a revisão da Constituição. "Na basta mudar processos, é preciso mudar culturas", afirmou – e é do debate e da discussão que nasce a mudança. Coragem política é, portanto, uma exigência de base, uma vez que deixar tudo na mesma mesmo quando se praticam atos de mudança é um ilusionismo que deve ser evitado.

Uma reforma do Estado deve ser feita quando há estabilidade e não num contexto de urgência, que necessariamente induz precipitação

E deixou um alerta, também ele não destituído de coragem política: "se falharmos, abrimos espaço ao populismo". Ciente de que "não falharemos", Nuno Villa-Lobos exigiu (no bom sentido) uma reforma eficaz do Estado e agradeceu para esse desiderato a contribuição de Rogério Fernandes Ferreira – que faz parte de um dos painéis da conferência. "É preciso garantir os meios para concretizar a reforma", disse – para adiantar que "reformar o Estado é sobretudo uma questão de coragem e não apenas de meios. Não faremos tudo num dia", mas algum dia é preciso começar. "Reformar é um ato de diálogo e não de imposição, de futuro e não apenas de presente", concluiu o presidente doo CAAD. AFS

É preciso mais tecnologia e menos ideologia, mas com cuidados especiais

■ A reforma do Estado não tem necessariamente de ser ideológica. Deve ser, diz Álvaro Beleza, tecnológica. Mas Luís Pais Antunes aconselha cuidados: a ineficiência não pode ser transferida.

António Freitas de Sousa
afsousa@medianove.com

Álvaro Beleza, presidente da SEDES, Associação para o Desenvolvimento Económico e Social, quer, quando se debate a reforma do Estado, "menos conversa e mais ação", principalmente porque se sabe que "a reforma do Estado é dolorosa". Sendo certo que "o diagnóstico está feito", é preciso avançar propostas concretas – partido de uma base de algum modo surpreendente: "a ferramenta essencial é a digitalização" e não a ideologia. Quanto ao concreto, "simplificar os impostos: acabar com benefícios fiscais, tornar o sistema mais acessível, mais justo", dado que "a complexidade das coisas ajuda quem tem poder", é uma boa base de trabalho. "A reforma fiscal é fundamental".

Álvaro Beleza foi mais além: "a reforma do Estado é também juntar instituições redundantes" e deve começar pelo topo da hierarquia. "Saúde e Segurança Social deviam estar juntas. Administração Interna e Defesa deviam estar no mesmo ministério. A Justiça deve ser gerida pelo Conselho Superior da Magistratura – que devia ir para Coimbra. É que descentralizar também é reformar", afirmou.

Luís Pais Antunes, presidente do Conselho Económico e Social (CES) – o lugar onde se encontram os *stakeholders* do Estado e por maioria de razão dos visados numa reforma do Estado – parecia ter dúvidas. Na sua opinião, o problema começa 'à nascença': "a abordagem do processo de reforma do Estado começa pelo início: demasiada pressa na digitalização não resolve nada se estivermos a digitalizar o que está mal. O problema é em grande medida um problema de procedimentos", que estão datados. Nesse contexto, "o redesenho de procedimentos é essencial". "Continuamos a funcionar, na Europa, num modelo desenhado no século passado, nos anos 70 e 80. Hoje, a multiplicidade de interesse é muito diferente. E já não se revê na mesa do CES. O sector financeiro, por exemplo, está um bocadinho à margem do diálogo social. Qualquer dia, estamos fechados numa sala, mas o mundo cá fora já mudou". Mais otimista, Miguel Beleza afirma que "Portugal, mesmo que não se faça uma reforma do Estado, é um porto de abrigo seguro, muito devido à geografia" que por isso continua a "atrair capital, investimentos, cérebros". Assim, adianta, "se fizemos uma reforma fiscal, se simplificássemos, se digitalizássemos, se tivéssemos IRC e IRS competitivos, podíamos ser muito melhores que a Dinamarca ou a Irlanda. Ou aproveitamos, ou não".

Armindo Monteiro alerta para o "medo" como arma política

■ Armindo Monteiro, presidente da CIP, introduziu no debate sobre a reforma do Estado um dado curioso: "a utilização que os partidos fazem do medo" como arma política para impor um assédio sobre a própria reforma. "Transformaram-nos numa nação com muitos medos. Cada reforma tem sido feita pelo medo", alertou. Um discurso que, não estando dentro dos cânones daquilo que são os 'usos e costumes' da CIP, permite compreender que a confederação tem agora alguém que olha por cima deles. "Temos de substituir o medo pela confiança, pelo compromisso. São dois fatores fundamentais".

José Luís Carneiro: "Fusões da troika tiveram efeitos nocivos"

■ José Luís Carneiro, secretário-geral do PS, sublinhou que algumas fusões executadas durante a troika tiveram "efeitos nocivos" na capacidade de resposta de vários ministérios, que hoje "ainda se fazem sentir". Como a "extinção de postos consulares e diplomáticos de Portugal", por exemplo, na "afirmação de prioridades de política externa do país", explicou. O socialista alertou para a "falta uma melhor articulação entre os diferentes níveis de responsabilidade", por um lado, defendendo que o "Governo devia começar pela ineficiência do Estado". "O Governo devia ter um diálogo construtivo com o PS, para olhar para as dimensões essenciais do Estado onde é possível ter ganhos de eficiência na despesa corrente primária". Nas palavras do socialista, "o Estado está débil em estruturas humanas altamente capacitadas, como o domínio da contratação pública, da gestão, da contabilidade, da economia". "Temos estruturas do Estado muito debilitadas na sua capacidade para defenderem o interesse público", sublinhou. "O Governo devia começar pela ineficiência do Estado. Estava constituída uma unidade no Ministério das Finanças para avaliar o desperdício, por exemplo, no SNS. E as estimativas apontavam, na altura, para cerca de 10 mil milhões em dez anos. "Os níveis de desperdício na administração pública são muito elevados. Cortes que podem ser feitos, melhorias incrementais de eficiência cujos resultados devem ter objetivos... a constituição de uma unidade de avaliação da despesa corrente primária do Estado e do desperdício na despesa corrente do Estado permitiria ganhos para contratar recursos altamente qualificados".

Nuno Villa-Lobos com Sérgio Vasques e Vitalino Canas

Miranda Sarmento (Finanças) com Cláudia Reis Duarte (Fisco)

José Luís Carneiro cumprimenta Aragão Seia

Blanco de Morais, Villa-Lobos e Armando Grave

FOTOS: CRISTINA BERNARDO

Aragão Seia (centro), presidente do Supremo Tribunal Administrativo

Pais Antunes com Ricardo Santos Ferreira

Santos Serra, presidente do Conselho Deontológico do CAAD, foi homenageado

Pendências tributárias ainda congestionam os tribunais

■ Especialistas em direito fiscal apontam o dedo às dificuldades que continuam a ser sentidas para acelerar os processos.

Vítor Rodrigues Oliveira
voliveira@medianove.com

As pendências de natureza tributária nos tribunais de primeira instância têm um prazo médio de decisão de 55 meses (mais de quatro anos), o que para Sérgio Vasques, antigo secretário dos Assuntos Fiscais entre 2009 e 2011, "é um sinal mais evidente de que, em 50 anos de democracia, não conseguimos construir um sistema de justiça funcional, que esteja à altura das nossas necessidades, das nossas expectativas".

Na conferência anual do Conselho de Arbitragem Administrativa (CAAD), o antigo governante socialista sublinhou, no entanto, que "as notícias aqui não são inteiramente más", porque na última década "o número das pendências tem vindo a reduzir-se de forma continuada".

Mas Sérgio Vasques admite que não seja inteiramente o resultado do trabalho da Autoridade Tributária, com muitos contribuintes "a conformarem-se, muitas vezes, com liquidações que sentem ser ilegais, que sentem não ter fundamento, e preferirem aceitá-las do que ter um processo de crime às costas ou do que enfrentar um processo nos tribunais, que pode ter uma decisão final apenas passados 10, 12, 15 anos".

CRISTINA BERNARDO

A reforma da justiça tributária está a dar os primeiros passos.

"Julgo que é importante centrarmos nesta métrica de eficiência e das pendências, sim, mas é importante olhar para o que está a montante do contencioso", considera Sérgio Vasques, porque "o contencioso é como um aparelho digestivo – depende daquilo com que o alimentamos".

Já Margarida Reis, juíza desembargadora e secretária-geral da Associação de Juízes Portugueses, entende que "o problema das pendências nos tribunais tributários é "gravíssimo" e "não tem a ver com nenhuma deficiência do contencioso tributário", mas sim com o desinvestimento crónico "na jurisdição não só tributária, mas também administrativa".

A responsável dá o exemplo do "estrangulamento muito grave que se vive nos tribunais de segunda instância, em particular no Tribunal Central Administrativo Sul".

Revisão sem alterar estrutura

Em todo o caso, apesar dos problemas, ambos os especialistas veem méritos nas recomendações já entregues ao Governo pela Comissão para a Revisão do Processo e do Procedimento Tributário e das Garantias dos Contribuintes.

O advogado Rogério Fernandes Ferreira, que lidera essa comissão, sublinhou neste debate que "o que se pretendeu foi rever aquilo que existe e não, propriamente, alterar a estrutura".

"Portanto, o contencioso tributário vai continuar a ser – pelo menos é isso que nós propusemos – um contencioso de anulação, que tem funcionado bem ao longo dos últimos anos, mas que precisa, efetivamente, de ser revisto e de ser um pouco adaptado". A comissão de revisão tentou "resolver problemas reais" e "garantir um procedimento e um processo mais previsíveis, mais eficientes, mais percetíveis, mais céleres, mais justos, talvez mais simples", explicou o antigo secretário de Estado.

"As mulheres têm uma moral fiscal mais elevada do que os homens"

■ "As mulheres têm uma moral fiscal mais elevada do que os homens", afirmou Clotilde Celorico Palma, professora do ISCAL, levando à conferência do CAAD – Centro de Arbitragem Administrativa, onde é árbitra, números da OCDE. E de que fatores dependem a moral tributária, que se traduz na vontade intrínseca para o pagamento dos impostos e que varia nas diversas regiões do mundo?

"O fundamental é sentir a pertença a um Estado de direito democrático. Depois, a confiança nas instituições e no Governo. Normalmente, as pessoas, mais velhas têm uma maior moral fiscal. As mulheres têm uma moral fiscal mais elevada do que os homens, exceto em África, devido ao facto de existirem diversas vendedoras ambulantes de comércio local e informal. E a religião. As pessoas religiosas também têm um nível mais elevado de moral fiscal", ouve-se no perfil traçado por Clotilde Celorico Palma, aludindo a um estudo da OCDE.

Nos últimos anos, tem sido notória a maior atenção dada pela OCDE e pela UE a este tema, sobretudo em períodos de crise, assinalou, que é trabalhado essencialmente logo na infância.

Susana Videira, presidente da DGPJ, leu a mensagem do SE da Justiça

Amadeu Guerra, Procurador-Geral da República

Guy Villax (Health Cluster) e Isabel M. Costa (Alpha)

Santos Serra com Blanco de Morais

Claudia Reis Duarte, Miranda Sarmento e Rogerio Fernandes Ferreira

Álvaro Beleza, Armindo Monteiro e Rafael Alves Rocha

Clotilde Celorico Palma e Paz Ferreira

Gonçalo Matias e Nuno Villa-Lobos

Governo reconhece que legislador e fisco podem fazer melhor nos litígios tributários

■ Executivo tem em mãos propostas da comissão para a revisão do procedimento tributário e promete alterações legislativas nesta área.

Vitor Rodrigues Oliveira
voliveira@medianove.com

Cláudia Reis Duarte, secretária de Estado dos Assuntos Fiscais, entende que "o legislador pode e deve fazer um esforço contínuo de melhoramento dos textos legislativos, potenciando a diminuição dos litígios" e que "a Autoridade Tributária e Aduaneira, não obstante os desafios que enfrenta de constante atualização, terá sempre espaço de melhoria".

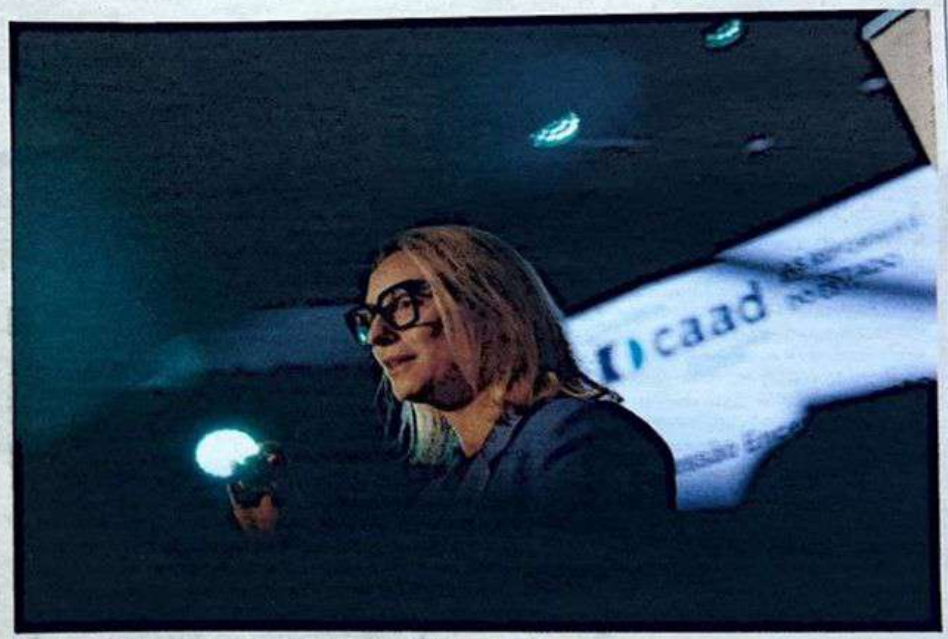
A governante sinalizou que o fisco pode ser "mais célere na resolução de pedidos de informação vinculativa, que também dão segurança e clareza aos agentes económicos e aos contribuintes" e continuar "a desenvolver mecanismos que potenciem o cumprimento voluntário". A secretária do Estado sublinhou que "mais e melhor cumprimento voluntário significa necessariamente menos litígios na fase subsequente".

Além disso, a AT tem um papel a desempenhar na simplificação de processos, considera Cláudia Reis Duarte, que é "essencial". No entanto, "não como solução única, nem como um fim em si mesmo". A governante afirma que é "uma condição para poder tornar o sistema mais claro, mais acessível e, com isso, menos propenso ao litígio". Simplificar "é tornar o Estado compreensível, previsível e transparente", disse ainda.

A secretária de Estado dos Assuntos Fiscais defende que a Autoridade Tributária e Aduaneira pode ser "mais célere na resolução de pedidos de informação vinculativa"

A secretária Estado lembrou ainda que neste momento, "estão a ser desenvolvidos os trabalhos, nomeadamente de alteração legislativa, para implementar as alterações que se mostrem necessárias", reconhecendo que "é um desafio grande". O Executivo já tem em mãos as propostas da Comissão para a Revisão do Processo e do Procedimento Tributário e das Garantias dos Contribuintes, liderada por Rogério Fernandes Ferreira.

"A previsibilidade, a clareza e a justiça são condições essenciais para o bom funcionamento de qualquer sistema fiscal".


Cláudia Reis Duarte, secretária de Estado dos Assuntos Fiscais

Assista ao programa no seu smartphone através deste QR Code ou em www.jornaleconomico.pt

Constituição deve resistir a ser "uma árvore de Natal"

Carlos Blanco de Morais, especialista em direito público, Vitalino Canas, constitucionalista e ex-deputado do PS, e Armando Grave, deputado do Chega, na conferência do CAAD promovida pelo Jornal Económico

Direito ■ Três cabeças, três sentenças e um alerta: a lei fundamental não pode ser "decorada" conforme os ventos políticos. Reflexão teve lugar na conferência anual do CAAD, em Lisboa.

Melissa Lopes
mlopes@medianove.com

A Constituição "não pode ser um figurino de modas" para ativismo político, nem "uma árvore de Natal" enfeitada ao sabor da época. Estas foram as ideias principais ideias da reflexão que juntou o especialista em direito público Carlos Blanco de Morais, o constitucionalista e ex-deputado do PS Vitalino Canas e o deputado do Chega Armando Grave na conferência anual do CAAD - Centro de Arbitragem Administrativo.

Mas, 20 anos depois da última revisão, é necessária uma nova alteração da lei fundamental? As opiniões dividiram-se. Carlos Blanco de Morais, professor catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa, entende que a Constituição deve ser revista "quando há normas que não agarram a realidade" ou "quando existem crises" e a própria lei maior é um "entrave ao legislador".

A atual crise migratória é um desses momentos, defende. "Entendo que deveria haver uma maior liberdade para criar extensões à equiparação de direitos entre portugueses e estrangeiros, relativamente a ilegais, ou seja, extra comunitários", disse o especialista. Carlos Blanco de Morais concretizou que as diferenciações "podem ter a ver com acesso a cargos públicos e certo tipo de direitos sociais".

A necessidade de "facilitar a expulsão de ilegais" é um outro tema que tem de ser discutido, no entender de Carlos Blanco Morais. Assim como "a suspensão de procedimentos de legalização e requerimento de nacionalidade quando os serviços estão congestionados", como está a acontecer na Alemanha e na Áustria.

Vitalino Canas opõe-se a esta ideia. "Sou, de princípio, contrário a tornar rígidas determinadas medidas políticas, constitucionalizando essas questões". Na opinião do socialista, as matérias relacionadas com a imigração "não são constitucionais, são questões de lei".

Embora existam na Constituição "disposições" que se pronunciam sobre os direitos dos cidadãos estrangeiros, "tudo o que diga respeito à forma como acolhemos e integramos os estrangeiros deve ser um assunto legislativo e não constitucional", reforçou Vitalino Canas, assinalando que a "perceção" de crescimento da imigração, que alimentou o crescimento do Chega, é "conjuntural".

Para ilustrar a ideia, o socialista recordou uma expressão muito usada nas revisões nas quais participou. "A Constituição não é uma árvore de Natal" em que "se instalam aquelas bolinhas e enfeites agradáveis à vista".

O socialista até concorda que pode existir uma necessidade de "flexibilização" relacionada com aspetos do tratamento judicial no capítulo da imigração, mas entende que isso é possível fazer através de alterações legislativas.

"Não se trata de pôr berloques. Trata-se de libertar o legislador ordinário para que tenha uma maior liberdade para agir, limitando um pouco as competências dos tribunais", contrapôs Carlos Blanco de Morais, aludindo ao chumbo do Tribunal Constitucional da primeira versão da lei dos estrangeiros, uma decisão "ativista", considerou.

Já o deputado do Chega Armando Grave rejeitou a ideia de que o partido quer fazer da Constituição um pinheiro de Natal, apesar da sua extensa lista de pretensões, onde se inclui, por exemplo, a castração química, a prisão perpétua, a redução do número de deputados ou a eliminação da expressão "caminho para o socialismo" do preâmbulo (aqui em consenso com PSD e IL). O parlamentar sustentou ser "necessário" olhar para a lei fundamental e "atualizá-la" ao fim de 20 anos da última revisão. "Cada partido está na AR para fazer o que acha melhor para os portugueses. Nós, no Chega, pensamos que isto é o melhor para os portugueses".

Para Carlos Blanco de Morais, a atual crise migratória justifica que se mexa na lei fundamental por forma a que o legislador "tenha uma maior liberdade para agir"

Sobre a conjugação de forças para levar a cabo uma revisão da Constituição, Carlos Blanco Morais defende que o PSD deve aproveitar a "conjugação astral" única da maioria de dois terços à direita. "Desaproveitá-la pode ser desaproveitar uma oportunidade que acontece uma única vez na história", disse.

Vitalino Canas, por seu turno, acentuou a visão de que "não temos, neste momento, um problema constitucional" (defendeu, de resto, que a nossa lei maior é "moderna e atual" porque se tem vindo a ajustar através da jurisprudência), mas esse problema pode ser criado e "perdurar durante muitas décadas" se se avançar para uma revisão baseada numa maioria que não é estrutural nem acredita que venha a ser.

Uma "ideia de Pátria em perigo" que Carlos Blanco de Morais contrariou. "Esse alarme talvez seja um pouco dramático demais", atirou o professor da Faculdade de Direito de Lisboa.